

A sociedade está muito à frente da Constituinte

Alexandre Barros (*)

Sou um otimista incorrigível. Isso não impede que, às vezes, eu seja um otimista preocupado.



Numa palestra para uns banqueiros, em Nova York, em 1983, logo depois da quebra do México, me perguntaram sobre a crise brasileira. Respondi que aquilo era comum e normal. Eu havia crescido com crise na mesa. Esse era o prato que meu pai e meu avô serviam todas as noites na hora do jantar. Não chegava a ver razão para me alarmar, disse aos banqueiros americanos.

Com todas as crises que me foram servidas desde que me entendo por gente, se examinarmos a história brasileira de desenvolvimento, ela é invejável. O

Pais cresce praticamente sem parar desde 1940. Às vezes há um revés num ano ou em outro — e muita gente sofre com isso — mas a tendência brasileira é excelente.

Nem o Brasil acabou com a saúva nem a saúva acabou com o Brasil. Se o País crescia enquanto os políticos dormiam ou não, é irrelevante. Caso seja verdade, temos de dar graças a Deus que os políticos durmam. Senão, o importante é que o País crescia.

Uma das características paralelas importantes do crescimento brasileiro é uma alta taxa de mudança social. Com todas as disfunções e arcaísmos, a sociedade brasileira tem mudado de maneira impressionante nos últimos cinquenta anos.

Apesar disso, a elite política brasileira está caminhando para aprovar uma Constituição baseada no seguinte:

Como cada constituinte

(que se sente representando os interesses de diversos grupos) parte do princípio de que todos os outros estão aí para passar a perna nos grupos que ele pretende representar, o importante é escrever uma Constituição defensiva. A marca registrada da Constituição que está sendo feita é uma couraça legal que impeça que os outros passem a perna nos interesses que ele acha que representa. Com quase seiscentos constituintes, o que acabamos tendo é um imenso conjunto de regras de defesa mútua cuja grande função explícita é impedir que os outros nos passem a perna.

Se os constituintes quisessem fazer isso na sua vida privada não haveria nenhum problema. Se querem fazer isso na Constituição, a situação é séria. Como dizia um comediante americano, não havia nenhum problema que ele fizesse piada de todas as coisas porque elas nunca pas-

savam de piada. O problema era quando o Congresso resolvia fazer uma piada, porque as piadas do Congresso corriam o risco de virar lei.

O perigo que estamos enfrentando é que, nessa ânsia de se protegerem contra as cascas das bananas alheias, os nossos constituintes caminham para costurar uma camisa-de-força que vai aprisionar a sociedade brasileira.

A taxa de mudança da sociedade brasileira vai continuar a ser elevada. A Constituição não vai ter nem flexibilidade nem espaço de acomodação suficientes para permitir que as mudanças oriundas da dinâmica social sejam "legais" ou constitucionais.

Ou seja, muito em breve as minicrises constitucionais vão começar a aparecer. Talvez já em dois anos. Elas deverão acumular-se a uma taxa muito alta em três anos mais. Em

torno de 1994 o País vai enfrentar uma crise constitucional maciça pelo simples fato de que a maior parte das coisas que estarão acontecendo no País nessa ocasião será pura e simplesmente inconstitucional.

Por que será que a elite política brasileira escolhe determinar que a sociedade viva em crise? Agora existe uma oportunidade de uma Constituição que seja mais duradoura, mas pelo visto não a teremos. Acho que vamos penar outra Constituinte na segunda metade da década de 90.

Hoje estou mais preocupado do que disse aos banqueiros em 1982 porque acho que a elite política se recusa a ver o que a sociedade já vislumbra com muito mais clareza.

(*) Consultor político de empresas baseado em Brasília e Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Chicago.

GAZETA MERCANTIL

24 JUL 1987